

Familismo, Patriarcado e Empobrecimento Feminino na Comunicação Pública do Governo sobre o Programa Bolsa Família¹

Eduardo Lopes Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as representações das matriarcas beneficiárias do Bolsa Família na divulgação estatal sobre o programa. Discutiremos a desumanização das mulheres, que são obrigatoriamente titulares do benefício recebido por suas famílias, e como quadros morais compartilhados amplamente pela sociedade machista, misógina e patriarcal faz com que algumas imagens e padrões de representação se sobressaiam aos demais. Dissertaremos também sobre como a divulgação dos programas de redistribuição de renda faz esforço para que a imagem dos pobres retratados corresponda ao que o grande público projeta como sendo a imagem de um brasileiro que recebe auxílio financeiro do governo.

Palavras-chave

Política; Alteridade; Imagem; Bolsa Família; Propaganda Estatal

Introdução

Algumas imagens utilizadas pelo governo federal para retratar grupos familiares beneficiados pelo Programa Bolsa-Família predominam mais fortemente do que outras em espaços sociais e midiáticos de circulação de textos e sentidos. Poderíamos argumentar, junto com Rosa (2017, p.2), que a persistência de um dado modelo de retrato desses grupos está fortemente vinculada a “operações de valor que prolongam a circulação de determinadas imagens em detrimento de outras”. Mas as imagens não alcançam ampla visibilidade e espraiamento social de forma gratuita: elas integram e alimentam um sistema de circulação embasado em quadros morais partilhados de julgamento e avaliação que geralmente as precede. Isso não significa que os dispositivos morais de aceitação ou rejeição de imagens seja imutável, mas nos revela que os enquadramentos cuidadosamente escolhidos para compor “retratos” de vidas vulneráveis são aqueles nos quais há uma componente comportamental, valorativa e moral que permite acesso a fórmulas interpretativas partilhadas e amplamente aceitas como válidas.

No caso das imagens que compõem a comunicação pública do governo acerca do Programa Bolsa-Família, é possível dizer que são imagens que, com frequência, foram desligadas de quaisquer acontecimentos, situações específicas e texturas do cotidiano de grupos

familiares brasileiros. Isso porque são imagens reiteradamente utilizadas como meras ilustrações do tema “pobreza” ou do empobrecimento feminino que pretensamente está sendo reduzido a partir de políticas de gestão bem-sucedidas, graças ao envolvimento institucional do governo e de seus mecanismos supostamente sólidos e eficazes de gestão. A governamentalidade, as estratégias de controle das populações e povos, também opera através do fortalecimento de valores e sua difusão atrelada a pretensas imagens de felicidade, empoderamento, autorrealização e negação da vulnerabilidade.

Quando tal fortalecimento, movido por poderes assimétricos e estratégias de sujeição, é acompanhado do enraizamento de crenças através de códigos, gestos e corporeidades que podem ser traduzidos em imagens, esses enunciados podem assumir, em sua reiteração e apropriação, o papel de apagamento de outras representações possíveis. Assim, o que distingue uma imagem destinada ao “controle biopolítico dos corpos”¹ de outras imagens é sua potência de emergir a partir de enquadramentos que estimulam o reconhecimento coletivo de códigos e padrões que integram avaliações de postura e comportamento, reforçando uma economia moral pautada pela produção, circulação e apropriação de valores e afetos acerca de uma dada questão. Como nos explica Fassin (2015, p.9), economias morais “caracterizam um momento histórico particular e um mundo social específico no qual essa questão é construída através de julgamentos e sentimentos que definem gradualmente um tipo de senso comum e um entendimento coletivo sobre um problema.”

Este artigo pretende discutir, a partir de algumas imagens produzidas por instituições governamentais ligadas à Assistência Social, como determinados circuitos de valores e padrões morais de avaliação dos modos de vida podem incidir sobre o sentido político que as imagens adquirem em sua circulação social. As imagens selecionadas foram escolhidas a partir de um banco de dados que vem sendo construído em pesquisa de iniciação científica e que conta hoje com cerca de 50 imagens relacionadas ao Programa Bolsa-Família e reunidas entre os anos de 2003 e 2018. Nos deteremos, mais especificamente, nas imagens que remetem ao familismo e ao patriarcado como dimensões morais que sustentam a avaliação pública do Programa e de seus beneficiados e beneficiadas.

Representações imagéticas e enquadramentos morais

¹ Fazemos aqui referência ao conceito de “Biopolítica” de Foucault e sua discussão feita no contexto da implementação do Programa Bolsa-Família e sua difusão em imagens fotojornalísticas (Marques, 2017, 2018).

De forma geral, as fotografias produzidas pelo governo para ilustrar as vantagens de seus programas sociais buscam uma apreensão visual clara, nítida e objetiva, privilegiando o caráter representativo da técnica fotográfica. A presença majoritária de rostos sem expressão ou fotos posadas dizem muito mais de nossos modos de olhar e de enquadrar os sujeitos do que apenas do que das possibilidades de seu aparecer contextualizado e singular. Tal descontextualização aparece em uma escritura fotográfica que focaliza o sofrimento humano de maneira isolada das causas históricas e políticas que lhe dão origem. Ao substituir uma explicação fundamentada por uma abordagem mais emocional, algumas imagens parecem ter efeito apenas dentro de uma situação de recepção condicionada por um “preparo” afetivo e dramático (Perlini, 2012). Nesses casos, prevalece a condição de vítima dos sujeitos em foco, como vemos nas imagens abaixo:



Imagem 1

1) Jornal Folha de S. Paulo, 05/04/2008. Foto de Lalo de Almeida.

2) Jornal Folha de S. Paulo, 03/02/2013. Foto de Eduardo Anizelli/Folha Press



Imagem 2

Quando as imagens mostram vítimas, parecer ser mais fácil tolerarmos a dor dos outros, uma vez que elas acionam uma predisposição do público a assumir o ponto de vista moral oferecido pelo enquadramento imagético. Tais imagens que requerem dos espectadores que assumam uma posição moral já aceita e que não suscita muitos questionamentos ou incômodos revelam que a tolerância está condicionada ao olhar moral aprovador publicamente partilhado. Espectadores ganham um lugar de avaliadores virtuosos diante da precariedade e vulnerabilidade daqueles que são mostrados como “incapazes” de sobreviver e de agir. As duas imagens fotojornalísticas acima trazem mulheres na posição de mães solo, responsáveis pelos cuidados com os filhos: ambas em espaço doméstico confinado e assumindo poses que remetem a uma iconografia religiosa, que confere uma legibilidade “caritativa” ao quadro e reafirma a

prescrição do lugar de virtude que convoca o espectador. As mulheres retratadas parecem ter a única função de encarnar o sofrimento: poucas dimensões de suas existências são exploradas, pois elas assumem o papel arquetípico da vítima e passam a existir fora do tempo e do espaço concreto de seu cotidiano. Como afirma Perlini (2012), os sujeitos nesse tipo de imagem não representam a si mesmos de maneira particular, mas adquirem o status de objetos de uma compaixão universal.

As imagens produzidas pela comunicação pública do governo acerca do Programa Bolsa-Família também possuem um enquadramento moral que direciona as avaliações e julgamentos dos espectadores. Contudo, as mulheres retratadas nessas imagens parecem assumir um outro papel: o de vítimas amparadas e merecedoras de auxílio. Ganha destaque o “bom pobre”, aquele que justifica o amparo do Estado, que cumpre com as obrigações de contrapartida e que dignifica o lar e a família. Essas imagens não têm uma função crítica, não interrogam o espectador acerca das razões do empobrecimento feminino, mas fornece instrumentos morais específicos para a configuração de um posicionamento “confortável” aos espectadores. A pobreza é apresentada quase que como uma experiência solitária de uma família precária: mas uma família que, acima de tudo, atende aos padrões morais coletivos de aprovação e reconhecimento (ou seja, a família nuclear heterossexual).



Imagem 3

Imagem 3: Anúncio publicado na revista Veja em 2008.



Imagem 4

Imagem 4: Divulgada em material do Ministério do Desenvolvimento Social em 2004.

Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p.199) e os modos de sua captura. “A imagem pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca e convoca” (Rancière, 2012, p.96). O que regula o aparecimento dos corpos de pessoas e mulheres empobrecidas nessas imagens do governo é a utilização de um enquadramento que

define e impõe constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos sujeitos.

Quando Butler (2014, 2015) comenta acerca dos enquadramentos que definem o significado das imagens, ela destaca que a reprodução de modos de inteligibilidade e de legibilidade do humano ou do inumano pode, ao mesmo tempo, reforçar avaliações morais que legitimam ou não modos de vida, quanto permitir rupturas nessas práticas avaliativas.² Mas as imagens da comunicação pública do governo parecem atuar muito mais como prescrições que orientam o modo como devemos interpretar essas imagens e os sujeitos que nelas aparecem. De um lado, sabemos que não podemos falar em imagem ou representação no singular: mas das imagens, cuja multiplicidade resiste a qualquer síntese. Contudo, mulheres beneficiadas são constantemente retratadas e representadas de modo a reproduzir uma generalidade. Elas aparecem em ambiente isolado, no ostracismo do lar, desconsiderando alianças e sociabilidades cotidianas. Elas, supostamente, não fazem parte de um povo, do espaço público das negociações e discordâncias, não vivenciam a política e nem criam modos de agenciamento coletivo, mas estão imobilizadas, silenciadas e impossibilitadas de se desvincularem da relação determinística com os objetos (elas mesmas reduzidas a objetos que integram o cenário do lar), os seres que habitam a casa e as tarefas atribuídas à mulher-mãe-esposa.

Nas fotografias observadas neste artigo, veremos que retratar o doméstico serve à forma como mulheres empobrecidas se tornam socialmente inteligíveis e visualmente reconhecíveis. A domesticidade funcionaria tanto como elemento operatório de visibilidade quanto elemento expressivo de uma materialidade que condensaria experiências pessoais e coletivas destas mulheres (Berth, 2018). Nas imagens analisadas neste artigo, por mais que pudéssemos realizar uma observação que não tomasse o pano de fundo do contexto das famílias como causal (fator determinante da pobreza) ou fixo (mas como elemento vivo, em relação movente com as enunciações em construção), éramos constantemente direcionados à identificação de um enquadramento cerceador de outras interpretações possíveis. Por mais que acreditemos que uma forma de vida não é definitiva e nem estável (mas elaborada por experiências que não se reduzem a um conjunto de significações ou regras sociais), as vidas das mulheres retratadas pareciam revelar vulnerabilidades que não se alteram a partir das ações e conexões cotidianamente e autonomamente construídas e reconstruídas na textura das vidas habitáveis e

² O enquadramento biopolítico (MARQUES, 2017, 2018) investe e desinveste as mulheres de sua humanidade, pois a normatividade da vida não é exterior às estratégias biopolíticas, mas opera nelas e através delas: a capacidade de diferir, como diz Butler, de introduzir mudanças no processo de repetição das regras, é um gesto de inscrição da vida também no centro do paradigma biopolítico.

possíveis.³ Pelo contrário, tais vulnerabilidades incontornáveis estavam ligadas ao reforço de dois quadros de sentido ideológicos opressores: a família como fonte moral de combate da pobreza geracional, e o patriarcado como estrutura presente na definição do papel da mulher em zelar pelo sucesso da implementação do Programa Bolsa-Família. A mulher é redirecionada ao espaço doméstico, aos cuidados com o marido e os filhos, assumindo o ônus de cumprir com as contrapartidas do programa e, assim, inviabilizando muitas vezes seus próprios sonhos de estudo, de ingresso no mercado de trabalho e de rompimento da subordinação aos companheiros e maridos.

A presente reflexão visa debruçar-se sobre dois eixos específicos de críticas que se abatem sobre as políticas sociais destinadas a combater a pobreza geracional no Brasil: a) a perspectiva do familismo (presente nos estudos de Yumi Garcia Santos, por exemplo); e b) a perspectiva da ação do patriarcado sobre a definição institucional dessas políticas (presente, de forma original, na pesquisa desenvolvida por Marlise Matos).

Sobre o familismo

Santos e Rosas (2014) argumentam acerca das tendências familistas dos novos programas sociais na América Latina. Para elas, as mulheres são apontadas como as melhores executoras de programas sociais, em contextos neoliberais, que têm a família como a maior responsável pelo seu próprio bem-estar. O familismo atua, portanto, no gesto de transferir à família – mas mais especificamente à mulher – a tarefa de ser o “ pilar da sociedade”, mas também a base fundamental para combater a pobreza geracional. Segundo as autoras, o foco na recomposição da família (e há aqui uma ideia tradicional da família conjugal, em detrimento da monoparentalidade⁴) reorganiza um quadro de valores morais que se serve do amparo das ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres que, ao responderem às condicionalidades dos programas de transferência de renda (zelar pela saúde e educação das crianças, zelar pelo equilíbrio do lar, pelo cuidado com as crianças, adolescentes e idosos, gerir a renda e buscar formação e aperfeiçoamento para sua autonomia, por exemplo),

³ Acreditamos que a vulnerabilidade que atravessa a trajetória de vida de mulheres beneficiadas não pode ser entendida como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano. As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem ou mesmo desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de alternativas de escolha (Ferrarese, 2016).

⁴ É interessante observar que, em consonância com uma economia moral que ressalta as qualidades requeridas da “boa esposa e boa mãe”, fatores como a crença religiosa e a impossibilidade (ou extrema dificuldade diante de ameaças, presença de filhos pequenos e dependência da renda do conjuge, por exemplo) de divórcio podem influenciar na existência de um maior número de famílias biparentais/conjugais.

vêm cada vez mais distante a possibilidade de atuarem no mercado de trabalho e de se realizarem como sujeitos desejantes. “A mulher, que implicitamente é a pessoa de referência para o atendimento pelos programas, é vista apenas como uma representante da família, sem a compreensão de que possa viver os dilemas causados pelas relações desiguais de gênero, classe, raça e geração” (Santos, 2014, p.403).

De acordo com Santos (2014), o familismo reforça o entendimento da mulher como reprodutora, mãe, cuidadora e dona de casa, sobrecarregada com as responsabilidades das tarefas domésticas em uma divisão sexual e social do trabalho injusta. Aliada a isso, a falta de controle e de independência da mulher sobre o curso do tempo de sua vida dificulta a construção de sua emancipação e da autonomia sobre si mesma, sobre sua história.

A família, como instituição primária, é entendida como objeto eficiente de focalização para a redução da vulnerabilidade social e fortalecimento dos vínculos sociais. No interior dela, seus membros se tornam alvo dos programas e serviços criados com finalidades diferenciadas: as crianças e os adolescentes, como objeto de investimento em termos de capital humano; os idosos, como potenciais dependentes e vulneráveis da pobreza; e as mulheres, como mães, cuidadoras e mediadoras, constituindo em pilar da efetividade dos novos programas sociais da América Latina. Os homens, de outro lado, permanecem à margem da gestão das famílias empobrecidas. Nesse sentido, a maioria dos programas sociais se compromete com o bem-estar e a solidariedade familiar de acordo com os papéis e as relações tradicionais de gênero (Santos e Rosas, 2014, p.265).

O crescente número de famílias cuja chefe é a mulher - e, muitas vezes, é ela a única fonte de renda familiar – faz com que fique mais evidente o modo como a divisão sexual do trabalho constitui-se como uma peça chave para o “controle” das mulheres pelos homens, em vários âmbitos de sua experiência e percursos de vida. A perspectiva sustentada por Santos é de uma feminização da pobreza, ou seja, uma reafirmação de um naturalizado “lugar da mulher”, sob o domínio de um patriarcado (veremos esse conceito mais adiante), que deveria se resignar diante de diversas relações que apresentam assimetrias de poder entre os gêneros.

A feminização da pobreza, segundo Georges e Santos (2016), pode estar ligada ao aumento de famílias apoiadas por uma mulher (família monoparental ou até mesmo uma família nuclear tradicional, mas cujo homem dificulta a autonomia da mulher) que é a única fonte de renda. A mulher, de acordo com as autoras, assume responsabilidade exclusiva por sua família ficando longe do mercado de trabalho e submissa aos cuidados domésticos. Também é necessário considerar os processos e elementos que atingem as mulheres empobrecidas de maneira diferente: gravidez durante a juventude; casamento antes da idade adulta; a dificuldade de acesso à educação e as reais chances de concluir estudos; acesso à saúde e pré-natal;

diferenças de competitividade no mercado de trabalho e entre salários em relação aos homens; prostituição como alternativa de sobrevivência; a dupla jornada de trabalho e a ausência de compartilhamento de tarefas domésticas; as interseccionalidades entre raça, gênero e classe. No entanto, também deve ser considerado que, em alguns casos, a monoparentalidade pode ser um tipo de independência e empoderamento, visto que, na ausência da figura masculina, as mulheres organizam suas alternativas e escolhas sem as opressões do machismo⁵.

Nas imagens produzidas pelo governo acerca do Programa Bolsa-Família, a figura feminina, quando fixada na identidade social de mãe, demonstra ainda mais o quanto sua existência socialmente aceitável, assim como seu valor moral, se ancoram no trabalho do cuidado e na responsabilidade pela geração e manutenção da prole.



Imagens 5 e 6: Divulgadas em material do Ministério do Desenvolvimento Social em 2004.

O registro dessas famílias com um sorriso nos rostos e dentro de padrões de moralidade aceitos (na primeira imagem a mãe está com seu corpo bem vestido, arrumado, assim como as filhas e uma delas com o alimento nas mãos; e na segunda imagem a família nuclear tradicional aparece estampada em harmonia) remete à necessidade da aprovação do espectador com relação ao plano redistributivo do governo e uma atestação do merecimento (do mérito) das famílias beneficiadas. Santos (2017) destaca que o tipo de moralidade⁶ definida para essa avaliação dos modos de vida e das trajetórias de mulheres beneficiadas afirma a configuração de um

⁵ Sabemos que vulnerabilidade e resistência não andam apartadas (Butler et al., 2016). As teias de relações que unem essas mulheres são movidas por lógicas que se movem dentro de economias morais, racionalidades biopolíticas e resistências específicas. A vulnerabilidade é multidimensional e relacional, não é estável e muda constantemente ao longo do tempo: as pessoas não são vulneráveis, mas estão vulneráveis, pois se trata de um processo que envolve trajetórias individuais, vínculos interrelacionais e contextos sociais e institucionais.

⁶ Sobre essa dimensão moral, Santos relata acerca das mulheres por ela entrevistadas: “Afastadas do mercado de trabalho por motivos que sobrepõem a falta de qualificação e de equipamentos e estruturas de conciliação entre trabalho e família, assim como a existência do paradigma da rígida divisão sexual do trabalho, que orienta a moral conjugal dos pobres, o cuidado que elas oferecem à família se torna sua razão de ser, e suas vidas se organizam em torno dessa função, numa construção paulatina da maternidade”. (2014, p.405)

dispositivo da “gestão da pobreza” que localiza mulheres pobres como mediadoras na efetivação dessas políticas (GEORGES; SANTOS, 2016, p.234). Dito de outro modo, não haveria uma real preocupação ou compromisso com a construção autônoma dessas mulheres, mas principalmente a transferência de uma responsabilidade que seria do Estado, configurando “uma mera administração do social a partir de uma visão dos privilegiados”. Se a responsabilidade é delas, elas passam a ser julgadas e avaliadas por seu cumprimento ou não desses códigos morais reafirmados pelo patriarcado e, também, pelo familismo.

“Políticas sociais e gênero”: sob a égide do patriarcado

Marlise Matos (2014) acredita que o familismo não pode ser apontado como única e maior dimensão problemática da configuração do desenho institucional de políticas sociais como o programa Bolsa-Família. Segundo ela, é preciso que indaguemos acerca de como as políticas públicas são elaboradas e como agem os dispositivos ideológicos que enraízam o patriarcado nas estruturas do Estado. Sob esse aspecto, a centralidade da família deveria ser observada em um quadro mais amplo de operacionalização da governamentalidade biopolítica:

Deve-se levar em conta que teóricas feministas têm insistentemente observado que o exercício do poder estatal apresenta uma forte inclinação e/ou pré-julgamento sobre as relações de gênero que o estruturam sendo ela, quase sempre, disfarçadas sob o manto da neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a presença de inclinações patriarcais estruturadas no Estado brasileiro. Assim, o patriarcado, entendido aqui como um sistema contínuo de dominação masculina, ainda predomina nas estruturas estatais, mantendo por vezes intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando, por exemplo também, a violência cotidiana que as mulheres sofrem (Matos e Paradis, 2014, p.60).

Segundo essas autoras, o patriarcado que temos diante de nós hoje passou por muitas transformações, mas continua definindo o modo como o Estado opera em suas formas de controlar e reafirmar a subalternização das mulheres em várias dimensões da vida pública e privada.⁷ Contudo, o patriarcado vem sofrendo abalos diante dos avanços de iniciativas de luta que dão forma a “um processo longo, dinâmico e conflituoso de reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos e de fortalecimento de uma visão das relações de gênero que revele a hierarquia e a subordinação sobre as quais, ainda nos dias de hoje, as mulheres estão submetidas” (2014, p.69). Assim, de modo lento, mas continuado, muitas políticas sociais revelam sinais de receptividade a “processos continuados de empoderamento das mulheres

⁷ Um dos pilares da dominação masculina é o fato de que as mulheres são privadas de conhecer a sua própria história. Para as autoras, o patriarcado tem garantido a subordinação feminina a partir da hegemonia masculina sobre os sistemas simbólicos, que toma a forma do monopólio dos homens sobre as definições e da desvantagem educacional das mulheres.

como estratégia democratizadora do Estado brasileiro no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário” (idem)⁸.

Elas ressaltam que, assim como a estrutura patriarcal – que articula várias dimensões de desigualdade de gênero, variáveis ao longo do tempo – a instituição estatal “vai além de um caráter de unidade superior de decisão política sobre uma determinada população relativamente homogênea e que habita um território delimitado” (2014, p.72). Portanto, as decisões tomadas pelo Estado não atingem mulheres da mesma forma, o que nos revela que, segundo Matos e Paradis, os desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro se materializam diferentemente para mulheres (negras, brancas, imigrantes, lésbicas, rurais etc.).

Em sociedades democráticas complexas – multiculturais e multiétnicas como a nossa sociedade brasileira – já é claramente possível identificar determinadas inclinações e tendências de gênero e étnico-culturais institucionalizadas no âmbito do Estado brasileiro, seja através de políticas públicas especificamente direcionadas a esses grupos, entrelaçadas, contudo com as inclinações de classe (um ótimo exemplo é o do Programa Bolsa Família), seja pelos mecanismos que vêm sendo criados para empoderar esses diferentes grupos. E isso tem se dado porque parte-se do pressuposto de que o Estado foi constituído historicamente segregando e distanciando a população feminina e negra do país. E ambas, segregação e exclusão, estão diretamente articuladas a nossos processos de colonização (2014, p.73)

Sob essa perspectiva, as autoras salientam uma forma de racionalidade que impera nas bases do funcionamento do Estado, um tipo de economia moral do patriarcado que separa o âmbito doméstico (trabalho reprodutivo e não remunerado) do âmbito público (trabalho masculino remunerado), definindo uma forma de apreciação e julgamento das mulheres beneficiárias com base em padrões racistas, sexistas e depreciadores. Nesse sentido

[...] não basta eliminar disparidades econômicas ou apenas ampliar espaços formais de participação para a estruturação de um espaço democrático de relações. A pluralidade de convivência exige que padrões preestabelecidos (de caráter patriarcal e racista, entre outros) não subsumam essas diferenças ou as confinem em guetos sociais e/ou políticos, tomando a heterogeneidade como desordem a ser controlada (Matos e Paradis, 2014, p.74).

Como evidenciado por Fineman (1991), os distintos discursos sobre pobreza e empobrecimento caracterizam as mulheres como mães, esposas, cuidadoras, esteios essenciais na manutenção da vida em família. Vínculos familiares tidos como “desviantes” (mães solteiras, casais homoafetivos, divórcio, ausência de contrato matrimonial, etc.) são apontados como casos sem legitimidade para obtenção de apoio junto a políticas públicas, uma vez que estas privilegiam, reiteram e valorizam as normatividades. Assim, uma forma técnica de racionalidade governamental na gestão coletiva das mulheres e mães empobrecidas consiste em

⁸ Importante mencionar que Matos chama a atenção para a diversidade e complexidade das identidades e subjetividades das mulheres e de suas lutas, problematizando e complexificando a categoria “gênero” a partir do que nomeia como “quarta onda do feminismo”, que está assentada na despatriarcalização do Estado e numa perspectiva descolonial e crítica ao feminismo hegemônico do norte global.

afirmar sua função de reconstituir e manter o equilíbrio do lar e sua estrutura predominantemente patriarcal. Fineman descreve com detalhes o mecanismo de regulação biopolítica que age sobre o comportamento das mães:

Quando uma mulher se torna mãe, ela desempenha uma valiosa função social. Ela está se reproduzindo em benefício do estado, da força de trabalho e da família. O significado de sua tarefa tem sido historicamente a justificativa para submetê-la como "mãe" ao poder do estado. Ela é supervisionada e julgada de acordo com padrões que não se aplicam a outros cidadãos. O comportamento das mães é regulado através dos sistemas normativos que abrangem as ideologias do direito e da família. Se as mães são encontradas em necessidade, elas podem ser punidas. Isto é particularmente verdadeiro para as mães pobres e solteiras, mas todas as mulheres como mães correm o risco de intervenção e subjugação com base em seu status. A supervisão e controle impostos às mães pelo estado, e o correspondente sacrifício da privacidade, deveriam formar a base para um direito à justiça para as mães - uma reivindicação pelos recursos para executar as tarefas que a sociedade exige delas. (FINEMAN, 1995, p.2211).

Se, por um lado, as condições básicas para que tais mulheres construam dimensões importantes de sua cidadania e de sua autonomia são promovidas pelas redes de assistência social, por outro lado, há barreiras concretas que dificultam sua inclusão política e social derivadas, sobretudo, de um entendimento comum e naturalizado que aponta os indivíduos em situação de pobreza como “massa inútil de despossuídos e dependentes”, incapazes de contribuir para movimentar as engrenagens da produção e do consumo neoliberais. Neste sentido, a imprensa compreende um dos contextos que fomenta processos de demarcação de lugares e falas a estes sujeitos, assim como promovem seus enquadramentos e molduras.

Assim, a ideologia do patriarcado é a força mais instrumental na criação e aceitação dos discursos sobre a feminilização da pobreza, pois sobre uma mulher sem marido parecem recair os castigos e as desventuras reservadas à modos de vida “desregrados”. (FINEMAN, 1991, p.276).

As pesquisas de Santos (2014) e Biroli (2016) parecem indicar que a presença de maridos e companheiros na esfera doméstica é mais limitadora da construção da agência autônoma das mulheres do que o cuidado com os filhos. Nesse sentido, se aproximam do argumento de Matos quanto às consequências negativas da separação entre privacidade (como reduto da liberdade e da autonomia na concepção liberal de democracia) e regulação estatal das relações que aí se estabelecem:

Tomando como ponto de partida as experiências das mulheres, a privacidade como ausência de regulação do Estado significou, historicamente, a liberdade dos homens para violentá-las, agredi-las e humilhá-las, exercendo controle sobre

elas. Trata-se de uma dinâmica que, para as mulheres, pode ser tomada como o avesso da liberdade e da autonomia que a privacidade lhes garantiria. Assim, uma concepção abstrata da privacidade que mantenha espessas as fronteiras entre a vida privada e a regulação estatal, suspendendo a necessidade de que as relações no mundo privado atendam a critérios de justiça que referenciam as relações na esfera pública, em nada colabora para que os indivíduos tenham a possibilidade de exercer igualmente sua autonomia e serem igualmente respeitados nas diferentes esferas da vida (Biroli, 2016, p.44)

Argumentamos neste trabalho que no contexto brasileiro a pobreza discursivizada imagetivamente assumiu nos últimos anos uma face feminina e que esta face é moldada por enquadramentos que podem ser definidos como biopolíticos, uma vez que influenciam na orientação de julgamentos e condutas coletivas, intervindo na ação e na autonomia dos sujeitos e, por isso, inventando racionalidades e técnicas de gestão específicas (FOUCAULT, 1980).

As vulnerabilidades delineadas pelos enquadramentos biopolíticos e quadros morais assentados no familismo e no patriarcado apresentam os seguintes obstáculos à construção da autonomia de mulheres beneficiadas pelo programa Bolsa-Família:

- (a) a exposição diferenciada de diferentes grupos de mulheres à injúria, agressão, rejeição, à morte.
- (b) a constante reafirmação da ideologia meritocrática neoliberal que intensifica o medo de mostrar-se vulnerável, coadunando o avanço da governamentalidade biopolítica.
- (c) a não concretização da passagem da voz à fala/escuta. Em vários espaços de sociabilidade mantidos pelo Estado (Assistência Social) as mulheres podem se expressar, contudo, não há garantias de que suas perspectivas serão consideradas. Essa ausência de escuta as mantém invisíveis, uma vez que visibilidade social é, segundo Anderson (2014), garantida por interações nas quais os gestos expressivos dos interlocutores são expressos e considerados reciprocamente. Honneth e Anderson (2011) argumentam a ausência de reconhecimento, a depreciação e a injúria moral estão relacionadas a experiências de injustiça perpetuadas por quadros simbólicos que, por permanecerem geralmente implícitos e naturalizados, dificultam o questionamento das operações sociais, políticas e econômicas destinadas a qualificar ou desqualificar os indivíduos. Para Gayatri Spivak, fazer-se ouvir não é simplesmente difundir a palavra endereçando-a a ouvidos pretensamente interessados, mas é acionar uma resposta do outro, instaurar um ato de fala, um ato comunicativo situado. Estar “apto a ser ouvido” significa sobretudo duas coisas: que o subalterno não usa o mesmo código dos dominantes (não segue as linhas colocadas pelas estruturas institucionais oficiais da representação) e que estes se recusam a acolher a palavra estrangeira e inquietante.
- (d) a ausência de uma compreensão da justiça para além da execução de normas e regras já estabelecidas dentro de um viés sustentado pelo patriarcado. A escuta está à mercê de gramáticas incompatíveis: a concretude e singularidade das necessidades e sofrimentos das mulheres se deparam com um vocabulário institucionalizado de justiça que prima pela generalização e por economias morais que reificam as identidades sociais de gênero. Tais gramáticas dão origem a quadros de sentido ou avaliações morais que podem nos restituir ou nos destituir do *status* de sujeitos moralmente dignos de respeito e reconhecimento. Fassin (2015) nos alerta para o fato de que apreciamos e avaliamos as vidas enquanto tais de um ponto de vista que considera muito mais os afetos do que os princípios morais que estabelecem o que é bom, justo e correto. Assim, julgamos o valor de um indivíduo baseando-nos num conjunto de avaliações compartilhadas – mas raramente enunciadas – que

abrangem sentimentos que definem gradualmente um tipo de senso comum capaz de definir quem é ou não digno de reconhecimento, visibilidade e escuta.

- (e) o processo de enquadramento institucional e pelo governo dos corpos através de enquadramentos subalternizantes que constituem mecanismos de controle e subexposição, conduzindo à desaparecimento social, à impessoalidade e à desumanização.
- (f) a tensão entre identidades sociais e políticas, e as tentativas de desidentificação dos papéis de gênero impostos.

É preciso salientar, assim, a centralidade das noções de vulnerabilidade, responsabilidade e família, atravessadas por um processo ideológico de moralização que inclui a auto-acusação, a meritocracia e a cidadania concebida como um dom.

Considerações finais: Vulnerabilidades x autonomia?

Prevalece nas imagens um entendimento de que a vulnerabilidade à violência de raça e gênero, por exemplo, deve ser entendida como raridade ou fraqueza, um acidente infortuito, uma ficção necessária que torna viável uma certa ordem social e política, confirma exclusões, perpetua desigualdades. Pessoas vulneráveis, definidas por sua suposta fragilidade física, também por sua autonomia questionável ou habilidade precária para decidir e fazer escolhas. (Ferrarese, 2016, p.151). A frequente oposição entre vulnerável/ invulnerável produz hierarquias sociais e de gênero bem rígidas que acompanham identidades sociais fixas e ancoradas em formas jurídicas. Tentativas de disciplinar aqueles apontados como vulneráveis são colocadas em prática por vários segmentos políticos neoliberais, culminando na culpabilização individual e isolada, e produção de vítimas. (Cole, 2016, Rago, 2017).

Butler et al. (2016), ao comentarem acerca dessa distribuição desigual da vulnerabilidade entre indivíduos e grupos, destacam a importância de pensarmos acerca de uma ressemantização desse conceito, permitindo entrever nas situações de vulnerabilidade a emergência de experimentações singulares que, por não serem captadas e mapeadas pela regra, suscitam novos modos de vida fora da regulação disciplinar, atualizam o devir de um comum que, tentativamente, a comunicação e a interdependência buscam construir.

Assim, quando Butler define vulnerabilidade, ela o faz tendo em vista a localização de um sujeito em um conjunto de relações marcadas por um campo de objetos, forças, processos vitais, instituições e seres que incidem sobre ele e o afeta de alguma maneira. A vulnerabilidade assim entendida nos revela um modo de estar no mundo e de viver uma vida que se constitui entre nossa passibilidade (ser afetado pelos acontecimentos) e nossa capacidade de agência.

Se na ideologia neoliberal os adjetivos vulnerável e precário servem geralmente para estigmatizar e regular (muito pela sintaxe do risco e do auto-governo/auto-contrôle), como categoria heurística, a vulnerabilidade parece atender a esforços mais amplos de politizar a injúria e o sofrimento. Sob esse aspecto, o sujeito político vulnerável não pode ser definido

como vítima, dependente, despossuído. Vulnerabilidade não é um conceito essencialmente associado a sofrimento, nem define unicamente uma propensão de estar susceptível ao dano. Há potencialidade e ambiguidade nesse conceito, sobretudo quando se trata de buscar uma definição mais complexa e multifacetada de autonomia.

De modo mais geral, consideramos aqui a autonomia em suas dimensões política e relacional, ou seja, uma forma de emancipação que se desenvolve, de um lado, através do uso da linguagem nas interações sociais e, por isso, envolve competências comunicativas que não existem como propriedades individuais, mas como parte de uma atividade compartilhada de busca comunicativa por entendimento. De outro lado, a autonomia é resultado de um processo ético, no qual nossas realizações são alcançadas sempre em interdependência e, por isso mesmo sempre em condições de vulnerabilidade (exposição ao Outro). Alcançar a autonomia implica assumir a responsabilidade derivada de nossas conexões, necessidades e vínculos, o que requer olhar com mais vagar e cuidado para as situações, os encontros, os afetos e as práticas de escuta que envolvem o contato com a alteridade. Nesse sentido, destacamos que, nossa concepção de autonomia não está relacionada ao individualismo ou à autossuficiência, características geralmente lidas como intrínsecas a esse conceito. A construção da autonomia é intersubjetiva, dependente do modo como apreendemos, consideramos e reconhecemos aqueles que, por estarem a nós ligados – pela linguagem ou por outra forma de institucionalidade – nos auxiliam em nossa auto-realização e na realização de nossos projetos de vida, em uma perspectiva ética. Tal perspectiva considera, entre outros elementos, as habilidades expressivas e comunicativas originadas nas redes interativas que as pessoas estabelecem umas com as outras, inclusive o que implica assimetrias, obstáculos comunicativos e vulnerabilidades (Coelho, 2018).

Vimos que a mulher empobrecida não é vista como interlocutora pelo jornalismo, pelo Estado, pela sociedade de maneira geral. No contexto de uma esfera pública de discussão política e de implementação de políticas sociais, mulheres empobrecidas não são vistas como cidadãs e interlocutoras, mas majoritariamente como peças chave na engrenagem biopolítica de controle dos pobres. Essas mulheres e suas trajetórias são reduzidas a representações derivadas de uma perspectiva política elaborada por teóricos e agentes políticos que pouco conhecem as lutas que elas enfrentam todos os dias, suas especificidades e obstáculos ao alcance de direitos básicos. Há um claro esforço em encarcerar a mulher nos eu papel de mãe, sendo ela responsável apenas pela continuação de sua linhagem e, conseqüentemente, sua pobreza. Uma das estratégias desumanizantes adotadas ao fotografar essas mulheres é justamente retratá-las cercadas por sua prole. As conquistas que as mulheres fotografadas exibem são, via de regra, conquistas de seus filhos: carteira de trabalho;

boletim escolar etc. São representações que apagam a potencialidade autônoma de gestos, experiências e ações presentes no modo como as mulheres lutam cotidianamente para assegurar existências, vínculos, cuidados e as redes materiais e culturais que os tornam possíveis (Laugier, 2009; Cole, 2016). São imagens que tornam invisíveis os modos pelos quais as mulheres estão trabalhando a própria linguagem (emancipação), criando enunciados próprios (e não apenas se adequando a scripts discursivos cristalizados e subalternizantes) e reunindo signos capazes de contestar sua realidade social, além de impulsionar sua agência autônoma.

Referências

- ANDERSON, Joel. Autonomy and Vulnerability Entwined. In: MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan (eds.). *Vulnerability: New Essays in Ethics and Feminist Philosophy*, Oxford University Press, 2014. p.134-161.
- BERTH, Joyce. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUTLER, Judith; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Crítica da violência ética. São Paulo: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. In: Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas – IAPH, 15., Madrid. *Anais...* Madrid: IAPH, jun. 2014. p. 24-27.
- COELHO, Tamires Ferreira. *Sertanejas conectadas: autonomia e escrita de si de mulheres do Piauí no Facebook*. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- COLE, Alyson. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others: the political ambiguity of vulnerability studies, an ambivalent critique. *Critical Horizons*, v.17, n.2, 2016, p.260-277.
- DAS, Veena; RANDEIRA, Shalini. Politics of the Urban Poor: aesthetics, ethics, volatility, precarity. *Current Anthropology*, v.56, n.11, 2015, p.3-14.
- FASSIN, D. Évaluer les vies : essai d'anthropologie biopolitique, *Cahiers internationaux de Sociologie*, 128 (1), 2010a, p.105-115.
- FASSIN, D. *At the Heart of the State: the moral world of institutions*, London: Pluto Press, 2015.
- FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? *Critical Horizons*, v.17, n.2, 2016, p.149-159.
- FINEMAN, Martha. Images of mothers in poverty discourses. *Duke Law Journal*, v.4, 1991, p.274-295.
- FRASER, Nancy; LEONARD, Sarah. Interview with Nancy Fraser: Capitalism's Crisis of Care. *Dissent Magazine*, 2016. Disponível em: <<https://www.dissentmagazine.org/article/nancy-fraser-interview-capitalism-crisis-of-care>>
Ver também: <https://newleftreview.org/II/100/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>
- GEORGES, I.; SANTOS, Y. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, Vulnerabilidade, Reconhecimento e Justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo, n. 17, p. 81-112, June 2011.

LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra (dir.). Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendences. Paris : PUF, 2009, p.407-432.

MACKENZIE, Catriona; ROGERS, Wendy; DODDS, Susan (eds.). *Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy*, Oxford University Press, 2014.

MACKENZIE, Catriona. The Importance of Relational Autonomy and Capabilities for an Ethics of Vulnerability. In: Catriona Mackenzie, Wendy Rogers, and Susan Dodds (eds). *Vulnerability New Essays in Ethics and Feminist Philosophy*. Oxford University Press, 2014, p.33-59.

[MATOS, Marlise](#); [PARADIS, Clarisse G.](#) . Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 43, p. 57-118, 2014.

[MATOS, Marlise](#). Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, v. Ano5 vol7, p. 24-35, 2015.

[PERLINI, Tania](#). 2012. « Le pacte moral comme condition d'existence du photojournalisme humanitaire ». Dans *Imaginaires du présent: Photographie, politique et poétique de l'actualité*. Cahier ReMix, n° 1 (mai 2012). Montréal : Figura, Centre de recherche sur le texte et l'imaginaire. En ligne sur le site de l'Observatoire de l'imaginaire contemporain.

RANCIERE, J. Le travail de l'image, *Multitudes*, n.28, p.195-210, 2007.

RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSA, Ana Paula da. Circulação: das múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível. Texto apresentado no VI Colóquio Semiótica das Mídias, CISECO, Japaratinga – Alagoas, 2017, p.1-17.

[SANTOS, Yumi Garcia dos](#); ROSAS, Rocío Enríquez. Assistência e família na América Latina: vínculos sociais, intimidade e gênero. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 44, n.152, p. 264-269, 2014.

[SANTOS, Y. G.](#). Gênero, trabalho e cuidado: continuidades e descontinuidades. *CADERNOS DE PESQUISA* (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO), v. 47, p. 386-752, 2017.